

# Sistematização prorroga prazo por mais um mês

## Adiamento foi aprovado a contragosto de Ulysses mas ainda pode ser pouco para tantos impasses

A Comissão de Sistematização aprovou ontem a proposta de prorrogação por até 30 dias do prazo para votação do segundo substitutivo, atendendo a dois requerimentos dos deputados Oscar Corrêa (PFL/MG) e Ricardo Izar (PFL/SP). Hoje de manhã, a Mesa da Constituinte analisa a proposta e pode fixar o novo prazo de conclusão dos trabalhos da Sistematização, antes previsto para o próximo dia 8. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é contra o adiamento. Ele acha que a hora é de definição, de voto. Já o relator Bernardo Cabral aprova a prorrogação e acha que 15 dias serão suficientes para a conclusão da votação.

A prorrogação dos trabalhos da Sistematização foi discutida ontem, ao final da reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB, convocada para apresentar nota oficial em resposta às acusações do PFL ao ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Diante da negativa do presidente da Constituinte, o deputado Milton Reis (PMDB/MG) argumentou que Ulysses podia até não gostar do adiamento, mas "a sua necessidade é uma realidade". Ele lembrou que em dez dias de trabalho a Sistematização havia votado cinco artigos, e que seria impossível votar os 259 restantes, mais as Disposições Transitórias, até o dia 8.

Na reunião de ontem da Comissão de Sistematização, o deputado Oscar Corrêa encaminhou à Mesa seu requerimento propondo a prorrogação do prazo de votação por 30 dias. Como já havia outra proposta semelhante, do deputado Ricardo Izar, definindo este período em

20 dias, o presidente em exercício, senador Jarbas Passarinho, incorporou uma sugestão à outra e estabeleceu o tempo a ser acrescentado "até" 30 dias. Por unanimidade, o plenário aprovou.

### FINAL DE DEZEMBRO

O relator Bernardo Cabral, embora não seja contra o prazo de até 30 dias, acha que 15 dias são o bastante para que a Comissão de Sistematização conclua o seu trabalho: "A minha opinião é que continuemos até os primeiros 10 dias de outubro e, a partir daí, verifica-se de que forma poderemos terminar nossa tarefa". O ideal, finalizou, "é que até o final de dezembro estejamos com a Constituição promulgada".

### GOVERNO

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), defendeu ontem a extensão do prazo para votação do Substitutivo II pela Comissão de Sistematização da Constituinte, "pelo período que for necessário". Ele explicou que não se prende aos 30 dias a mais propostos pelo deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), observando que "o importante é fazer uma boa Constituição, sem pressa".

Embora o Governo tenha urgência em definir questões como o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, também o deputado Prisco Viana (PMDB/BA), concorda com a prorrogação. Na sua opinião, para o Planalto também será melhor, uma vez que havendo mais tempo haverá maior possibilidade de articulação e os constituintes terão

como reduzir as margens de erro.

"Trinta dias é o mínimo de que precisamos", afirmou por sua vez o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), argumentando que o acordo das lideranças partidárias ontem de manhã, que resultou no enguamento dos pedidos de destaque, só resolveu em parte o problema do atraso na votação. Já o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), admitiu que não deu para notar diferença no ritmo dos trabalhos.

### INICIATIVA PRIVADA

O autor da terceira proposta para prorrogação do prazo, deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), assegurou que apresentou o requerimento à Mesa pedindo mais 30 dias à Comissão de Sistematização, por iniciativa própria. "Não devo nada a ninguém", fez questão de frisar, esclarecendo que "houve imprevidência na fixação dos prazos, por inexperienceza nossa, e embora não esteja havendo obstrução dos trabalhos, ele é lento, demorado, complicado".

Segundo Corrêa, a única maneira de agilizar os trabalhos seria fazer a votação pelo sistema eletrônico. Sobre o acordo dos líderes que resultou na retirada de vários pedidos de destaque, observou que ele apenas reconheceu o que já vinha ocorrendo espontaneamente. Autor de seis destes pedidos o deputado admitiu abrir mão de dois ou três, menos das emendas quanto ao sistema de governo — ele é presidencialista —, a questão da inelegibilidade e a conceitualização de empresa nacional.



Adolfo Oliveira, Sant'Anna, Cabral e Fogaça num dia de muitas negociações

## Naturalizados ficarão sujeitos à extradição

O brasileiro naturalizado agora poderá ser extraditado quando estiver comprovadamente envolvido em crimes de tráfico internacional de drogas, mesmo quando o envolvimento for posterior à naturalização. Esta foi a alteração mais significativa feita ontem pela Comissão de Sistematização no substitutivo de Cabral. Em seis horas de reunião, a Comissão votou mais oito parágrafos do artigo 5º do projeto e aprovou a primeira emenda popular, que transforma em crime de responsabilidade a não prestação de informações por órgão público no prazo da lei.

A emenda que permitiu a extradição de naturalizados envolvidos em crime de tráfico de drogas, de autoria do deputado Francisco Rossi (PTB-SP), foi aprovada por 79 votos favoráveis a 13 votos contrários, depois da rejeição de emenda semelhante do deputado Délio Braz (PMDB-GO). Antes da votação, o relator Bernardo Cabral lembrou aos constituintes que esta era uma oportunidade

para a Sistematização apagar a má imagem que ganhou ao evitar que o tráfico de drogas fosse incluído entre os crimes imprescritíveis.

A emenda popular acrescentou ao parágrafo 31 a frase "As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei sob pena de crime de responsabilidade" foi defendida pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e aprovada por 87 votos a dois. Os dois únicos constituintes que votaram contrários à proposta, Aluizio Campos (PMDB-PR) e Fernando Gaspariani (PMDB-SP), alegaram depois que haviam se enganado quanto ao conteúdo da emenda em votação e apresentaram declaração de voto favorável à proposta.

A primeira alteração aprovada na tarde, por unanimidade, foi defendida pelo deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O líder do Governo conseguiu a supressão da última frase do parágrafo 29, que garantia o controle econômico dos criadores e intérpretes sobre as obras

que produziram ou de que participaram.

Sant'Anna alegou que o texto, como estava, inviabilizava a criação coletiva. Ele só foi contestado pelo deputado José Genoino (PT-SP), que afirmou o interesse dos artistas na manutenção do dispositivo. Como suplente, Genoino não teve sequer a oportunidade de votar contra a supressão, mas prometeu reapresentar a emenda em plenário.

A última votação realizada na reunião modificou o parágrafo 34, relativo ao asilo político, através de emenda do deputado Jovani Masini (PMDB-PR), por 81 votos a 6. A nova redação, mais sintética, garante agora asilo político a "estrangeiros perseguidos em razão de convicções políticas".

A reunião de hoje, marcada para as 14 horas, promete começar com muita polêmica. O primeiro parágrafo a ser analisado, sobre direito de propriedade, tem 28 destaques em pauta, e seus autores certamente não estarão dispostos a retirá-los com facilidade.

### ENTENDIMENTOS

Os depoimentos sobre a intenção do Presidente da República de alterar seu ministério são de várias origens. O que ninguém sabe, efetivamente, é qual sua profundidade e quando se concretizará, embora predomine, na Frente Liberal, a convicção de que não passará da próxima terça-feira.

O ministro Brossard, por exemplo, saiu da audiência da última segunda-feira com o Presidente convencido de que a reforma é inevitável. Não mudou de opinião, mas acha que a nota do PFL — divulgada quarta-feira — contra o ministro Raphael de Almeida Magalhães é um complicador. Ele considera Raphael um homem de bem, muito inteligente e observa que se o Sarney o demitisse agora estaria, na prática, endossando as acusações.

O raciocínio do deputado Mário Assad, que esteve ontem com Aureliano Chaves, é o oposto. O Governo não pode, a seu ver, ficar com um ministro tão acusado como Raphael de Almeida Magalhães, que deveria ser o primeiro a solicitar demissão e que fosse investigado as denúncias de ilicitude em sua administração. Mário Assad, que se notabilizou como advogado criminal em Minas, entende que Raphael está sob suspeição.

A nota oficial do PFL contra Raphael foi encaminhada ao Presidente da República na noite da quarta-feira última. O Presidente manteve contatos telefônicos com o senador Marco Maciel (PE) e o ministro Aureliano Chaves, mas a conversa não foi revelada.

As duas foram derrotadas ontem. A de Oswaldo Lima, mais abrangente, subordinando o registro de qualquer patente estrangeira aos interesses da soberania nacional, perdeu por larga margem de votos: 79 a 19. A de Friedrich, que limitava essa mesma restrição às áreas de alimentação e saúde, foi derrotada por 55 a 37.

Terminado este trabalho inicial, as turmas encaminharão à Comissão de Sistematização os destaques de emendas já examinadas, dispostos em dois grupos, "pela aprovação" e "pela rejeição". A Comissão, então, votará as emendas destacadas. A proposta de Gastone Righi prevê novos destaques nesta fase, desde que requeridos por um terço dos membros da Sistematização.

O senador paraibano explicou que no início o regimento foi muito aberto, tanto que foram criadas 24 subcomissões para receber sugestões de toda a sociedade. Mas, passada aquela fase, o regimento adotou uma rigidez tal, que sequer deixou margens para que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fizesse os ajustes necessários às emendas de mérito.

Parlamentarista e defensor de maiores transferências de recursos da União para Estados e Municípios conforme consta no texto do relator, o senador da Paraíba acredita que a tendência, tanto na Comissão de Sistematização quanto no plenário da Assembleia Constituinte, é pela mudança do regime de governo e fortalecimento da federação.

## 160 destaques são retirados

Os líderes partidários da Constituinte reuniram-se ontem cedo para acertar a retirada de 160 destaques relacionados ao artigo quinto do projeto de Constituição, que trata dos direitos e liberdades fundamentais. O partido que mais retirou destaques foi o PMDB, que tinha 171 e manteve apenas 46. O PT retirou 16 dos 20 apresentados; o PFL, 10 em 19; o PDT, 14 em 19; e o PDC, três em seis. Na reunião ficou acertado também que haverá sessão de votação amanhã, pela manhã, suspendendo a que estava marcada para domingo à tarde.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, revelou que os líderes desejavam com a retirada dos destaques concluir ontem mesmo a votação do Capítulo um do Título I, sobre os direitos individuais e coletivos, a fim de iniciar logo a do Título II, que trata dos direitos sociais. Aliás, desde a véspera que muitos constituintes tentavam convencer os colegas sobre a necessidade de selecionar os destaques, o que acabou sendo assumido pelas lideranças partidárias.

É que no Capítulo um, Título II, estão alguns temas polêmicos, como jornada de trabalho e estabilidade no emprego. Mas o líder do PT, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, previu ontem que a votação destes itens só acontecerá na terça-feira da próxima semana, opinião com a qual nem todos concordam.



Fernando Henrique

## Para PMDB, o plano só vale sem polêmica

O PMDB só respaldará o novo plano de governo a ser anunciado pelo presidente José Sarney se o documento não contiver qualquer referência aos dois pontos mais polêmicos da Constituinte: sistema de governo e duração do mandato presidencial.

Esta disposição foi confirmada ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder peemedebista no Senado, e pelo governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. De acordo com eles, no momento em que a convenção nacional do partido decidiu remeter essas questões à opção individual de cada constituinte, qualquer outro órgão de deliberação fica impedido de aprovar um documento que contenha definições a respeito das duas questões.

O governador gaúcho e o senador paulista divergem, contudo, quanto à forma pela qual o partido respaldará o programa do Governo. Enquanto Simon se dispôs a assinar individualmente a proposta, Fernando Henrique acha que o PMDB só deve adotar uma posição conjunta a respeito, sob pena de ver sua bancada fracionada.

## Caminhos para não votar

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), na última quarta-feira, deixou o plenário da Comissão de Sistematização para discutir por meia hora uma emenda sua propondo modificação na redação do parágrafo 12 do artigo 5º. Mas quando estava para ser iniciada a votação da matéria, o constituinte resolveu retirar seu pedido de destaque. Ele não foi o único a gastar o tempo à toa, nem esta foi a única forma de retardar, dia após dia, o otimista cronograma estabelecido pela Comissão. Se fossem obedecidos os prazos, já estariam em votação as emendas referentes ao Título VIII, "Da Ordem Social". A sessão de hoje, no entanto, vai apreciar ainda o artigo 5º, ou o primeiro dos 45 artigos que compõem o Título II.

A saída encontrada pela Mesa da Constituinte foi prorrogar o prazo de votação das emendas ao substitutivo. Na verdade, segundo o relator Bernardo Cabral, cabe à Mesa fixar o prazo. Para alguns constituintes, este período não precisa ser pequeno, pois a pressa pode impedir a criação de uma Carta mais aprimorada e bem discutida, como resultou o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ). Enquanto isto não acontece, as questões de ordem levantadas em plenário, para reclamar providências regimentais quanto à aceleração da votação, também se transformam em motivo de atraso. Tomam de 20 a 30 minutos de cada sessão.

Poucos são os dispositivos que não têm emenda a seu texto. O número de pedidos de

destaque a cada parágrafo ou artigo do substitutivo chega a 30. A aceleração dos trabalhos depende da quantidade de requerimento de destaque retirado (por opção do solicitante) ou prejudicado (por ausência de seu autor). Fora estes avanços, quando uma matéria é colocada em votação não existe nada que contribua para a aceleração do processo. Podem ficar até mais de três horas em discussão, como aconteceu com as emendas ao § 2º do artigo 5º, que proibiam a pena de morte.

O autor da emenda ou do destaque (pode ser o mesmo constituinte, ou não) defende sua proposta por cinco minutos; outros 20 minutos são distribuídos entre dois defensores e dois críticos da matéria; mais cinco cabem à relatoria; cerca de 12 a 15 minutos finais são utilizados pela chamada nominal dos 93 membros da Comissão. O ritmo é este: 45 minutos para cada emenda apreciada e votada.

Se os constituintes no plenário aproveitam este tempo para articular acordos em torno de diferentes matérias, os membros da Mesa preferem se revezar no trabalho de coordenação da votação e se reciclam constantemente. Mas mesmo os cinco constituintes que ocupam a presidência e os dois que se revezam na chamada nominal não conseguem mudar o passo da votação. Acima deles, dois imensos painéis eletrônicos passaram a ser os mais recentes objetos de questão de ordem. Mas a presidência da Mesa já alertou que eles estão ali para o plenário da Constituinte, não para a Sistematização. O programa é outro.

## Líderes garantem o apoio ao Governo

Em reunião ontem pela manhã, deztois coordenadores de bancadas estaduais do PMDB informaram ao líder na Câmara Luiz Henrique, que o partido dispõe de maioria para apoiar isoladamente o governo, sem o auxílio de qualquer outra legenda.

Foi um encontro considerado surpreendente pela unanimidade em torno do apoio ao governo, tendo em vista que o grupo de coordenadores é composto por integrantes de todas as alas do PMDB, desde o esquerdista MUP até membros do Centro Democrático.

Na ocasião, a deputada Raquel Capiberibe, ao defender o apoio peemedebista ao Planalto, chegou a criticar o documento do MUP em que é feita uma série de exigências ao governo.

Como integrante do movimento dissidente, ela afirmou que o manifesto não representa a opinião de todos os que o compõem.

Os coordenadores endossaram, ainda, a nota aprovada no início da semana pelo colégio de vice-líderes peemedebistas na Câmara, delegando ao líder Luiz Henrique poderes para transmitir ao governo a disposição da bancada de manter o seu apoio.

Esta disposição, que antes passava apenas pela exigência de "um plano de governo ajustado ao programa do PMDB", começa a contemplar outras reivindicações. Durante a reunião dos coordenadores, não foram poucos os que defenderam o alinhamento do PFL ao poder.

política agrícola nacional. Agora, precisamos que a Comissão de Sistematização aprove destaque para que essa conquista seja incluída no corpo do texto constitucional". Informou o ministro ao defender a necessidade de um único órgão federal no comando do planejamento, definição e execução da política agrícola do País.

De acordo com a explicação do ministro Iris Rezende, o substitutivo do relator Bernardo Cabral incluiu a "Lei Agrícola" nas disposições transitórias porque lhe foi dado um prazo de aplicação de um ano".

## Cabral: "Hoje vai dar briga boa"

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte retoma hoje a votação do Substitutivo II do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) por uma de suas questões mais polêmicas: o direito de propriedade. "Vai ser um ensaio para a votação da reforma agrária", prevê o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP), enquanto o próprio relator antecipa que "vai dar uma boa briga".

Antes, numa reunião prevista para as 11 horas no gabinete da liderança do PMDB na Constituinte, os líderes partidários deverão tentar algum acordo, mas a expectativa é de radicalização. "A direita quer a invariabilidade da propriedade da terra, enquanto a esquerda pretende que a desapropriação seja seguida da posse imediata e os moderados defendem o princípio da propriedade sob controle jurisdicional", esclarece o deputado Gerson Peres (PDS-PA).

## Mesa veta uso do painel eletrônico

A utilização do sistema de votação eletrônica, pela Comissão de Sistematização, continua sendo abordada em questões de ordem que buscam a aceleração dos trabalhos. Por razões de ordem técnica ele não pode ser usado agora, como informou na sessão de ontem à deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) o presidente em exercício deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Logo depois, com o mesmo objetivo de acelerar o processo de votação do segundo substitutivo, o deputado Gastone Righi (PTB-SP) encaminhou à Mesa um Projeto de Resolução propondo dividir a Comissão de Sistematização em três subcomissões, para apreciar os títulos de III a IX.

Cristina Tavares não ficou satisfeita com a explicação da Mesa sobre a impossibilidade

de utilização do sistema. Brandão disse que as informações que obteve eliminam a possibilidade de estrear o painel eletrônico antes que o projeto de Constituição chegue ao plenário da Constituinte e, por isto, toda matéria apreciada continuará sendo votada por chamada nominal dos 93 membros da Sistematização. Os motivos técnicos envolvem a questão de como incluir os suplentes, embora todos eles já tenham seus nomes programados no sistema, como membros da Constituinte. A dúvida levou a deputada pernambucana a atribuir motivos políticos para o impedimento do uso do painel.

### RISCO

"Essas emendas inviabilizam a reforma agrária", alerta o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), um dos líderes do Movimento de Unidade Progressista do PMDB. Ele adianta que a esquerda vai se prender na emenda do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), que separa as desapropriações por utilidade pública das de interes-

se social, numa tentativa de reduzir o conflito.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), contudo, não se mostra muito otimista. Ele avaliou ontem que embora os setores progressistas tenham saído vitoriosos nas questões políticas mais importantes votadas até agora, perdeu nas duas que tinham fundo econômico e envolviam o capital estrangeiro. Ele se referia a destaques dos deputados Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE) e Nelson Friedrich sobre o registro de patente estrangeira no País.

As duas foram derrotadas ontem. A de Oswaldo Lima, mais abrangente, subordinando o registro de qualquer patente estrangeira aos interesses da soberania nacional, perdeu por larga margem de votos: 79 a 19. A de Friedrich, que limitava essa mesma restrição às áreas de alimentação e saúde, foi derrotada por 55 a 37.

Terminado este trabalho inicial, as turmas encaminharão à Comissão de Sistematização os destaques de emendas já examinadas, dispostos em dois grupos, "pela aprovação" e "pela rejeição". A Comissão, então, votará as emendas destacadas. A proposta de Gastone Righi prevê novos destaques nesta fase, desde que requeridos por um terço dos membros da Sistematização.

### TURMAS

O projeto de Resolução encaminhado à Mesa por Gastone

## O QUE MUDOU ONTEM NO TEXTO

- § 27 — O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial.
- § 28 — Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se as invocar para eximir-se da obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- § 29 — É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas.
- § 30 — A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico.
- § 31 — Todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos e ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei sob pena de crime de responsabilidade.
- § 32 — É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto às repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos e de garantia de instância.
- § 33 — Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, nos crimes comuns, quando estes tenham sido praticados antes da naturalização ou nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas entorpecentes, quando a forma de extradição foi estabelecida em lei.
- § 34 — Conceder-se-á asilo a estrangeiros perseguidos em razão de convicções políticas.

## Raphael é a sinuca de Sarney

JOÃO EMILIO FALCAO Da Editoria de Política

O Presidente da República está realmente decidido a reformar seu ministério, o que deverá acontecer na próxima semana. Sua maior dificuldade está no ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, atacado pelo PFL, defendido pelo PMDB, especialmente por seu presidente, deputado Ulysses Guimarães (SP).

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, voltou a defender ontem, com parlamentares pefelistas, a necessidade de uma solução imediata, mas o seu colega da Justiça, Paulo Brossard, entende que as dificuldades se agravaram com as acusações feitas a Raphael.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), surpreendeu-se com a informação de que o ministro Raphael de Almeida Magalhães pretende processá-lo. "Estranho. Não tem motivos. Nunca o chamei de ladrão nem de loureiro, como é conhecido no Rio de Janeiro", comentou.

### ENTENDIMENTOS

Os depoimentos sobre a intenção do Presidente da República de alterar seu ministério são de várias origens. O que ninguém sabe, efetivamente, é qual sua profundidade e quando se concretizará, embora predomine, na Frente Liberal, a convicção de que não passará da próxima terça-feira.

O ministro Brossard, por exemplo, saiu da audiência da última segunda-feira com o Presidente convencido de que a reforma é inevitável. Não mudou de opinião, mas acha que a nota do PFL — divulgada quarta-feira — contra o ministro Raphael de Almeida Magalhães é um complicador. Ele considera Raphael um homem de bem, muito inteligente e observa que se o Sarney o demitisse agora estaria, na prática, endossando as acusações.

O raciocínio do deputado Mário Assad, que esteve ontem com Aureliano Chaves, é o oposto. O Governo não pode, a seu ver, ficar com um ministro tão acusado como Raphael de Almeida Magalhães, que deveria ser o primeiro a solicitar demissão e que fosse investigado as denúncias de ilicitude em sua administração. Mário Assad, que se notabilizou como advogado criminal em Minas, entende que Raphael está sob suspeição.

A nota oficial do PFL contra Raphael foi encaminhada ao Presidente da República na noite da quarta-feira última. O Presidente manteve contatos telefônicos com o senador Marco Maciel (PE) e o ministro Aureliano Chaves, mas a conversa não foi revelada.

## Gadelha acha que Carta só sai em abril

"Mantida a atual sistemática de trabalhos não teremos a nova Constituição antes de abril" — a previsão é do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB). No entanto, ele não atribui responsabilidade por isso à Comissão de Sistematização, mas sim ao que chama de "erro de metodologia" adotado desde o início da Assembleia Nacional Constituinte.

O senador paraibano explicou que no início o regimento foi muito aberto, tanto que foram criadas 24 subcomissões para receber sugestões de toda a sociedade. Mas, passada aquela fase, o regimento adotou uma rigidez tal, que sequer deixou margens para que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fizesse os ajustes necessários às emendas de mérito.

Parlamentarista e defensor de maiores transferências de recursos da União para Estados e Municípios conforme consta no texto do relator, o senador da Paraíba acredita que a tendência, tanto na Comissão de Sistematização quanto no plenário da Assembleia Constituinte, é pela mudança do regime de governo e fortalecimento da federação.